



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 15504.020568/2009-90
Recurso nº 999.999Voluntário
Resolução nº 2403-000.275 – 4^a Câmara / 3^a Turma Ordinária
Data 10 de setembro de 2014
Assunto Solicitação de Diligência
Recorrente MUNICÍPIO DE NOVA LIMA PREFEITURA MUNICIPAL
Recorrida FAZENDA NACIONAL

RESOLVEM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, **em converter o processo em diligência.**

Carlos Alberto Mees Stringari – Presidente

Paulo Maurício Pinheiro Monteiro – Relator

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros Carlos Alberto Mees Stringari, Ivacir Júlio de Souza, Paulo Maurício Pinheiro Monteiro, Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas, Marcelo Magalhães Peixoto e Daniele Souto Rodrigues.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário, interposto pela Recorrente MUNICÍPIO DE NOVA LIMA PREFEITURA MUNICIPAL contra Acórdão nº 02-29.423 - 6ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Belo Horizonte - MG que julgou procedente a autuação por descumprimento de: Auto de Infração de Obrigaçāo Acessória - AIOA nº 37.229.871-0 (CFL-34) com valor consolidado de R\$ 13.291,66; nas competências 01/2004 a 12/2004.

Conforme o Relatório Fiscal da Infração, o Auto de Infração nº. 37.229.871-0, Código de Fundamentação Legal – CFL 34 foi lavrado pela Fiscalização contra a Recorrente pois a empresa deixou de lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos, infringindo assim, ao disposto no artigo 32, inciso II da Lei 8.212/91, combinado com o art. 225, inciso II, e §§ 13 a 17 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº. 3.048, de 06.05.99., no período de 01/2004 a 12/2004.

Conforme o Relatório Fiscal, a Recorrente:

3. Na análise dos livros contábeis e dos arquivos digitais gerados pelo próprio sistema de contabilidade do MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - PREFEITURA MUNICIPAL, a fiscalização encontrou dificuldades para a verificação da correta contabilização de todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias dentro do período fiscalizado, dificuldades estas relacionadas com a estrutura e procedimentos de contabilização adotados pelo MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - PREFEITURA MUNICIPAL, conforme será explanado a seguir.

AUSÊNCIA DE CONTABILIZAÇÃO EM TÍTULOS PRÓPRIOS

4. Foi verificado que embora exista o elemento de despesas "33903600- OUT.SERV.TERC - P.FISICA" que deveria ser utilizado apenas para classificar as liquidações relacionadas com o pagamento de serviços prestados por pessoas físicas, o mesmo continha lançamentos sem nenhuma relação com essa natureza de despesa, como restituição de impostos e taxas para contribuintes da Prefeitura, pagamento de aluguéis para os proprietários, pagamentos judiciais, adiantamento e reembolso de despesas para servidores, dificultando assim a apuração dos fatos geradores relacionados com os contribuintes individuais.

5. Existia um único elemento de despesas ("31901100-VENCE.VANT.FIXASPESSOAL CIVIL"), utilizado para classificar as liquidações relacionadas com as folhas de pagamentos do quadro de

pessoal, sendo que o registro acontecia apenas pelos totais líquidos das folhas e os históricos das liquidações registravam apenas descrições genéricas como "Relatório de Folha de Pagamento Comissionados - Janeiro/04", inexistindo portanto, separação entre as parcelas principais da remuneração trabalhista como, salário, férias, indenizações, etc. e tampouco separação entre as parcelas remuneratórias inclusas e não inclusas na base de cálculo previdenciária e parcelas patronais e contribuição de segurados, dificultando verificação da correta contabilização da folha de pagamentos.

6. Os pagamentos das Guias da Previdência Social foram registrados, em sua maioria, no elemento de despesas "31901300-0BRIGACOES PATRONAIS", no entanto, foram encontrados registros de recolhimentos previdenciários classificados em elementos de despesas inapropriados como "33903900-OUT.SERV.TERC-P.JURIDICA", sendo que o uso de históricos genéricos não possibilitavam a vinculação do recolhimento a um fato ou grupo de fatos geradores de contribuições previdenciárias.

7. Isto posto, considera a fiscalização que deixou a empresa de lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos, infringindo assim, ao disposto no artigo 32, inciso II da Lei 8.212/91, combinado com o art. 225, inciso II, e §§ 13 a 17 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06.05.99.

Não foi relatada circunstância atenuante e nem foi configurada circunstância agravante.

Houve portanto o descumprimento da obrigação legal acessória, conforme previsto na Lei nº 8.212, de 24/07/1991, art. 32, II, combinado com o art. 225, II, e §§ 13 a 17 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/1999.

A multa a ser aplicada tem enquadramento legal na Lei nº 8.212, de 24/07/1991, arts. 92 e 102 e Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/1999, art. 283, inc. II, alínea "a" e art. 373.

O valor da Multa aplicada foi R\$ 13.291,66 reajustado pela Portaria Interministerial MPS/MF N° 48, de 12 de Fevereiro de 2009 - DOU de 1310212009

O período objeto do auto de infração conforme o Relatório Fiscal é de 01/2004 a 12/2004.

A Recorrente teve ciência do auto de infração em 28.12.2009, conforme fls. 01.

A Recorrente apresentou Impugnação, conforme o Relatório da decisão de primeira instância:

Documento assinado digitalmente conforme nº 11.2.2012 de 27/03/2009
Autenticado digitalmente em 06/11/2014 por PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO, Assinado digitalmente em 06/11/2014 por CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

Impresso em 17/11/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

questionamento por parte dos auditores fiscais quanto à classificação do elemento de despesa — 339036 (Out. Serv. Terceiros- Pessoa

Porém, as despesas tais como: restituição de impostos e taxas, pagamentos judiciais, adiantamento para despesas, reembolsos etc, foram corretamente classificados nos exercícios posteriores.

O Município de Nova Lima, sempre procurando a transparência de seus atos tem proporcionado cursos de reciclagem e atualização para a sua equipe técnica.

Existiam vários elementos de despesa para liquidação das folhas de pagamento do quadro de pessoal , porém o elemento de despesa 319011- (Venc e Vant. Fixas —Pessoal Civil) é o que englobava as remunerações , conforme balancete de despesa anexo.

Prosegue discorrendo acerca da forma de contabilização, alegando que a mesma pode ser facilmente verificada e por fim, solicita o cancelamento da autuação.

A **Recorrida** analisou a autuação e a impugnação, **julgando procedente a autuação**, nos termos do Acórdão nº 02-29.423 - 6ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Belo Horizonte - MG, conforme Ementa a seguir:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2004

INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DEIXAR DE LANÇAR EM TÍTULOS PRÓPRIOS.

Constitui infração à legislação previdenciária deixar a empresa de lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

Acórdão

Acordam os , membros da 6' Turma de Julgamento, por unanimidade de votos, em considerar a impugnação improcedente, mantendo a multa exigida no Auto de Infração - AI nº 37.229.871-0. _ Intime-se para pagamento da multa no prazo de 30 dias da ciência, salvo interposição de recurso voluntário à 2' Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, em igual prazo, conforme facultado pelo artigo 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e alterações.

Encaminhe-se à Delegacia da Receita Federal do Brasil de origem para cientificar o contribuinte do inteiro teor deste Acórdão e demais providências

Inconformada com a decisão de primeira instância, **a Recorrente apresentou Recurso Voluntário**, onde combate fundamentadamente a decisão de primeira instância e reitera as argumentações deduzidas em sede de Impugnação:

(i) foi fiscalizado em outras épocas, anteriores a essa e nunca houve nenhum questionamento por parte dos auditores fiscais quanto à classificação do elemento de despesa — 339036 (Out. Serv. Terceiros-Pessoa Física).

Porém, as despesas tais como: restituição de impostos e taxas, pagamentos judiciais, adiantamento para despesas, reembolsos etc, foram corretamente classificados nos exercícios posteriores.

(ii) Existiam vários elementos de despesa para liquidação das folhas de pagamento do quadro de pessoal , porém o elemento de despesa 319011- (Venc e Vant. Fixas —Pessoal Civil) é o que englobava as remunerações , conforme balancete de despesa anexo.

(iii) Discorre acerca da forma de contabilização, alegando que a mesma pode ser facilmente verificada e por fim, solicita o cancelamento da autuação.

Posteriormente, os autos foram enviados ao Conselho, para análise e decisão.

É o Relatório.

VOTO

Conselheiro Paulo Maurício Pinheiro Monteiro , Relator

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

O recurso foi interposto tempestivamente, conforme informação nos autos.

DAS PRELIMINARES**DA AUTUAÇÃO FISCAL**

Trata-se de Recurso Voluntário, interposto pela Recorrente MUNICÍPIO DE NOVA LIMA PREFEITURA MUNICIPAL contra Acórdão nº 02-29.423 - 6ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Belo Horizonte - MG que julgou procedente a autuação por descumprimento de: Auto de Infração de Obrigaçāo Acessória - AIOA nº 37.229.871-0 (CFL-30) com valor consolidado de R\$ 13.291,66; nas competências 01/2004 a 12/2004.

Conforme o Relatório Fiscal da Infração, o Auto de Infração nº. 37.229.871-0, Código de Fundamentação Legal – CFL 34 foi lavrado pela Fiscalização contra a Recorrente pois a empresa deixou de lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos, infringindo assim, ao disposto no artigo 32, inciso II da Lei 8.212/91, combinado com o art. 225, inciso II, e §§ 13 a 17 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº. 3.048, de 06.05.99., no período de 01/2004 a 12/2004.

O período objeto do auto de infração conforme o Relatório Fiscal é de 01/2004 a 12/2004.

A Recorrente teve ciência do auto de infração em 28.12.2009, conforme fls. 01.

Observa-se que a **Recorrente apresentou, tanto em sede de Impugnação quanto em sede de Recurso Voluntário**, o argumento de que as obrigações patronais e os recolhimentos previdenciários foram classificados corretamente, conforme os anexos apresentados.

Em relação à relevação e/ou atenuação da multa aplicada, deve-se observar a legislação aplicável à época dos fatos geradores (com fundamento no art. 150, III, a, CRFB/1988 c/c art. 105, CTN), a qual encontra-se disciplinada no art. 291, § 1º, Decreto 3.048/1999:

Art.291. Constitui circunstância atenuante da penalidade aplicada ter o infrator corrigido a falta até a decisão da autoridade julgadora

Documento assinado digitalmente conforme nº 2.200.666-24082009
Autenticado digitalmente em 06/11/2014 por MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO, Assinado digitalmente em 06/11/2014 por PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO, Assinado digitalmente em 06/11/2014 por CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

Impresso em 17/11/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

§1º A multa será relevada, mediante pedido dentro do prazo de defesa, ainda que não contestada a infração, se o infrator for primário, tiver corrigido a falta e não tiver ocorrido nenhuma circunstância agravante.

DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA FISCAL

Desta forma, considerando-se os princípios da celeridade, efetividade e segurança jurídica, surge a necessidade de se verificar se o conjunto de provas documentais apresentadas pela Recorrente em sede de Impugnação e em sede de Recurso Voluntário tem o condão de corrigir a falta que originou a autuação.

CONCLUSÃO

CONVERTER o presente processo em DILIGÊNCIA para que a Unidade da Receita Federal do Brasil de jurisdição do Recorrente informe:

- (i) Se o conjunto de provas documentais apresentadas pelo contribuinte em sede de Impugnação e em sede de Recurso Voluntário corrigem totalmente a falta que ensejou a autuação fiscal;
- (ii) Em quais competências o contribuinte corrigiu a falta que ensejou a presente autuação;
- (iii) Em quais competências o contribuinte não corrigiu as faltas que ensejaram a presente autuação;
- (iv) Considerando-se o art. 291, § 1º, Decreto 3.048/1999, se o contribuinte corrigiu a falta que ensejou a presente autuação fiscal.

É como voto.

Paulo Maurício Pinheiro Monteiro